

PLANO ABC PRECISA AMADURECER VISANDO A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Rodrigo Lima, diretor geral do Agroicone, discute o Acordo de Paris, novo acordo global de mudanças do clima, ressaltando como o Plano ABC pode melhorar a imagem do agronegócio brasileiro no exterior e gerar maior lucratividade ao produtor

Por Humberto Luis Marques, de São Paulo (SP)

Em 2015 o Brasil adotou metas ambiciosas no contexto do Acordo de Paris, aprovado durante a 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e ratificado pelo país no ano passado. O Acordo de Paris substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2020, visando reduzir as emissões mundiais de gases de efeito estufa (GEE), tendo como premissa as contribuições indicadas pelos países. A intenção brasileira é mitigar suas emissões em 37% até 2025 e em 43% até 2030, tendo como base o ano de 2005.

O agronegócio terá um importante papel no alcance dessas metas. Desde 2010, o Brasil já trabalha o tema por meio do Plano ABC - Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. Pensado inicialmente para atender as contribuições voluntárias que o Brasil fez à UNFCCC em 2010, o ABC poderia agora ser ampliado de forma a oferecer vantagens ambientais, econômicas e de imagem para o produtor e para o próprio agronegócio brasileiro. Em paralelo, o Programa ABC que prevê recursos com crédito facilitado a cada safra, visa fomentar as ações do Plano ABC.

"A agenda da agropecuária de baixo carbono já existe. É essencial incluir novas tecnologias no Plano ABC, rever as formas de fomento via política agrícola, facilitando o acesso às linhas de crédito e disseminando as boas práticas em todo o país. A questão da capacidade de mensurar a redução de emissões é outro ponto que precisa ser resolvido. A União Europeia cada vez mais fomenta esse modelo de agropecuária, com a diferença que ainda dão subsídios diretos para os seus produtores. A discussão aqui é como usar os parques subsídios que ajudam a reduzir a taxa de juros da política agrícola, que poderiam, por exemplo, ser destinados a programas de

seguro agrícola por conta dos impactos das mudanças do clima.", comenta Rodrigo Carvalho de Abreu Lima, diretor geral do Agroicone.

Advogado com *expertise* em comércio internacional, barreiras não-tarifárias e desenvolvimento sustentável, Lima acompanha as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e do Protocolo de Kyoto, assim como outras questões regulatórias relacionadas ao setor agrícola. Nesta entrevista, o especialista fala sobre a negativa dos Estados Unidos em ratificar o Acordo de Paris, e seus impactos no cenário internacional, e de que forma o agronegócio brasileiro pode se beneficiar ao estabelecer ações visando mitigar suas emissões de gases de efeito estufa. Confira.

Suinocultura Industrial - No ano passado o presidente Donald Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos do chamado Acordo de Paris, estabelecido dentro da COP 21, realizada na França. Qual o impacto dessa decisão, principalmente visando a redução das emissões de GEEs, já que esse acordo substitui o Protocolo de Kyoto a partir de 2020?

Rodrigo Carvalho de Abreu Lima - Essa decisão tem um impacto político bem grande, afinal, os Estados Unidos estão entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do planeta, ficando atrás apenas da China, ambos altamente dependentes de carvão. O primeiro impacto é vermos os chineses tomando a liderança nessa questão do ponto de vista geopolítico. Quando a China faz um movimento em direção a um determinado setor, o resultado é um crescimento avassalador. Todo o esforço chinês para reduzir sua dependência do carvão, migrando para fontes renováveis de energia, movimentou o mercado energético mundial e eles têm sabido usar isso dentro das negociações do clima. O curioso no caso americano é que muitos Estados



não compactuam da mesma visão do Governo Federal. Durante as COPs os países montam pavilhões para apresentar suas ações e políticas direcionadas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No ano passado, na COP 23 em Bonn, na Alemanha, os Estados Unidos não participaram com um pavilhão oficial. Mas, extraoficialmente, foi montado um pavilhão nas proximidades da reunião, bancado por empresas e governadores de Estados que têm dentro de suas agendas políticas a questão das mudanças climáticas. O slogan era "We are still in", algo como "Nós continuamos dentro". Isso para mostrar que independente do que o Governo Federal está falando, os esforços em torno do tema não se acabaram nos Estados Unidos.

SI - De que forma essa decisão do Governo Federal dos Estados Unidos se refletiu aqui no Brasil?

Lima - Logo após o anúncio dessa decisão do governo Trump, ouvi comentários de pessoas questionando a necessidade de se manter no campo a agricultura de baixo carbono no Brasil, o que envolve todas as ações relativas à restauração de pastagens, o próprio tratamento de dejetos e até o plantio direto. E vejo que se trata de uma ideia sem fundamento, afinal fazemos o plantio direto porque ele é extremamente eficiente na missão de manter a fertilidade do solo. O plantio direto é uma prática produtiva que faz sentido econômico e também ambiental. A restauração de pastagem é essencial por conta da produtividade na pecuária bovina, que na média ainda é muito baixa. Em grande parte, a pecuária ainda é uma atividade de subsistência, com uma produção média menor do que de três arrobas por hectare/ano. A redução das emissões na bovinocultura de corte advém da restauração e do manejo adequado da pastagem, que permitirá terminar um animal em no máximo três anos. Não é algo imposto pelo Acordo de Paris, mas sim uma questão econômica. Se podemos alinhar as duas coisas, ótimo.

SI - Pelo que o senhor comentou, a decisão americana tem levado alguns produtores a apontar como desnecessária algumas ações e medidas voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa. É isso mesmo?

Lima - São alguns. Não podemos tomar essa opinião como algo generalizado no setor do agronegócio. O que o Brasil não pode é, tão somente porque os Estados Unidos abandonaram o Acordo de Paris, achar que essa agenda não faz sentido. Temos aqui no País a chamada Integração Lavoura-Pecuária-Floresta [ILPF], com enormes benefícios econômicos e ambientais. Ela permite a rotação de culturas dentro de uma área, ao mesmo tempo em que se produz o bovino e se preserva a mata nativa. Isso torna o sistema produtivo e sustentável, inclusive do ponto de vista de qualidade do solo e até do valor

nutricional dos alimentos produzidos nessa área. Outro bom exemplo é o tratamento de dejetos de suínos. Os sistemas de biodigestão não só dão uma destinação adequada àquele material, como ainda geram gás metano. Com o uso dele, pode-se gerar energia elétrica para as propriedades, tendo ainda um composto orgânico que é um excelente adubo para fertirrigação no solo. O uso de fontes renováveis no campo também merece atenção. Uma vez que o custo da energia fotovoltaica a torna competitiva, será cada vez mais factível a implementação de projetos que visem tornar o produtor agropecuário um produtor de energia também.

SI - Essas medidas comentadas já integram o chamado Plano ABC [Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura], encabeçado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?

Lima - O Plano ABC vigente até 2020 contempla o plantio direto, a restauração de pastagens, ILPF, fixação biológica do nitrogênio e tratamento de dejetos. No entanto, a adubação orgânica com esses dejetos, sejam suínos ou de outras fontes, poderiam integrar também o Plano ABC, afinal ela também reduz emissões nitrogenadas e tem impactos positivos para a fertilidade do solo. Há outras tecnologias que poderão integrar o ABC no futuro e que serão cada vez mais fundamentais para o produtor ser competitivo. Trata-se de encontrar um ganhanha ambiental e econômico, essencial para uma ampla sustentabilidade dos sistemas produtivos. Como o Brasil levou a implementação do Código Florestal e a restauração de vegetação nativa como ações no Acordo de Paris, e essas ações ocorrem dentro das fazendas, é preciso repensar o ABC com elas, especialmente quando se trata de como financiar a adequação ao Código. O que é preciso ficar nítido para as pessoas do nosso setor é que, independente dos Estados Unidos participarem ou não do Acordo de Paris, temos de reduzir nossas emissões tendo em vista a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos sistemas agrícolas. A agenda de redução das emissões é estratégica para o agronegócio e para o País, por isso independente de qualquer coisa ela deve ser trabalhada, buscando avanços e tecnologias para solucionar os desafios que nos são colocados.

SI - Alguns especialistas consideram o Protocolo de Kyoto como um fracasso, por ele não ter atingido todos os seus objetivos. O senhor tem essa mesma opinião?

Lima - Minha visão é diferente. Não encaro Kyoto como um fracasso porque, na prática, ele foi um grande teste dentro de toda a regulamentação climática existente, trazendo metas para os

países desenvolvidos reduzirem suas emissões. Porém, o Acordo de Paris envolveu todos os países na agenda de reduções de emissões, considerando as ações que cada país entende necessária. Há uma enorme dúvida quanto a ambição dos esforços propostos até o momento, mas o enfoque é outro. Kyoto teve um papel relevante com a instituição dos mercados de carbono. A experiência dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no setor de tratamento de dejetos, por exemplo, possivelmente será levada para o novo mercado de carbono chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, que será formado pelo Acordo de Paris até 2019.

SI - O Protocolo de Kyoto impunha metas de redução aos países. O Acordo de Paris segue a mesma linha?

Lima - Isso também é diferente. O Protocolo de Kyoto realmente impunha metas de redução das emissões aos países desenvolvidos, fazendo com que cada um tivesse que encontrar soluções para reduzir. Na maioria dos casos cortando na própria "pele", com transformações significativas na matriz energética. Também, foi criado os chamados créditos de carbono, onde países desenvolvidos poderiam comprar esses créditos de qualquer localidade que reduzisse as emissões dentro dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo [MDL]. Inclusive, os MDLs foram uma iniciativa brasileira, a qual foi muito utilizada na suinocultura com a implantação dos sistemas de biodigestores para o tratamento de dejetos. Pelo Acordo de Paris, cada país pode apresentar o que ele pretende fazer para reduzir suas emissões. O Acordo de Paris se baseia nas ações que cada país submeteu, e prevê que a cada cinco anos ocorrerá um processo de revisão das metas, o que cria um Acordo vivo, que será periodicamente revisto.



“Não encaro Kyoto como um fracasso porque, na prática, ele foi um grande teste dentro de toda a regulamentação climática existente, trazendo metas para os países desenvolvidos reduzirem suas emissões. Porém, o Acordo de Paris envolveu todos os países na agenda de reduções de emissões, considerando as ações que cada país entende necessária”

Os termos que foram fechados em Paris são mais flexíveis do que o de Kyoto, o que deve favorecer a ratificação pelos países.

SI - O agronegócio brasileiro tem se mostrado aberto a discutir e implementar ações direcionadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa?

Lima - Eu entendo que sim, mas há um ponto interessante de se discutir, que é a agricultura de baixo carbono. Hoje, se entende que a agricultura de baixo carbono resulta em uma menor emissão de gases de efeito estufa. Só que para assegurar a mitigação via plantio direto, primeiro é preciso mensurar o quanto o plantio convencional gera de emissões. Só assim terei parâmetros para

SI - Cada país pode apresentar um projeto com as ações aplicadas para a redução de suas emissões, é isso?

Lima - Sim e isso tudo é feito por meio das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas [NDC, na sigla em inglês]. O objetivo final é manter o aumento médio da temperatura global em índices menores de 2°C, mas se esforçar para chegar a 1.5°C Outra mudança em relação a Kyoto é que o Acordo de Paris estabelece que os países estipulem suas metas a cada cinco anos. No caso, as NDCs passarão a vigorar a partir de 2020. Então, temos um período 2020-2025 e 2026-2030. Serão ciclos de cinco anos, cuja avaliação dos avanços de cada país serão mensurados anualmente por um mecanismo internacional chamado *Global Stocktake*. Dessa forma, não fica algo engessado como no Kyoto, que tinha um período 2008-2012 e, depois, praticamente acabou. O período de 2013-2019 precisava das ratificações dos países, o que acabou não ocorrendo dentro da quantidade necessária. Isso levou o mercado de crédito de carbono ao naufrágio, já que não entrou em vigor esse segundo período de redução de emissões.



validar esse mecanismo de mitigação. Ocorre que há questões metodológicas complexas para garantir que o carbono realmente ficou no solo. A compreensão de todo o processo químico e do balanço exato entre o que é emitido e o que fica no solo é de extrema relevância. Carbono em pastagem é outra questão. Se a pastagem estiver alta, o seu balanço de carbono é completamente diferente de um com gramíneas baixas. Esse desafio fez com que as discussões seguissem por outro viés, que é o da adaptação às mudanças climáticas, o que ganhou muita força nos últimos anos, com a pré-aprovação do acordo de Paris em 2015, especialmente por causa dos países em desenvolvimento. Eles vão sofrer os impactos das mudanças climáticas e precisam se adaptar. Hoje, quando falo de agricultura, falo sobre mitigação e adaptação. O setor privado precisa aprofundar o debate sobre qual agropecuária de baixo carbono quer. Podemos ter um Plano ABC com várias novas tecnologias, e um Programa ABC vultoso em crédito barato. O mundo discute essa agenda, como nosso potencial agropecuário seguiremos na contra-mão, tendo clareza de que as práticas entregam benefícios em termos de produtividade e manejo?

SI - Os países podem apresentar seus projetos relativos à mitigação dos gases de efeito estufa até quando?

Lima - Os países podem apresentar a sua visão específica sobre o tema até o dia 31 de março desse ano. O nosso Plano ABC aprovado em 2010 é um começo. O Código Florestal, seja para quem já cumpre ou quem terá restauração a cumprir, será elemento-chave da agropecuária de baixo carbono brasileira. Poderemos definitivamente mostrar que nosso enfoque é produzir e conservar. Além disso, as atividades produtivas que podem fixar nitrogênio, como é o caso do plantio direto ou Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, reduzirão as emissões. Só que o Brasil ainda não levou esse novo desenho de agricultura de baixo carbono para o exterior. É preciso apresentar este escopo, pois os demais países não o farão por nós.

SI - Há tempo hábil para o Brasil apresentar o seu projeto? Ele já está no papel?

Lima - O prazo formal é 31 de março de 2018, e a partir das submissões os países vão negociar. O Plano ABC já existe e do ponto de vista estratégico, o que deveríamos fazer? Ampliá-lo consideravelmente, aumentando o número de tecnologias presentes nele e tendo capacidade de reportar os resultados. Isso geraria uma boa imagem ao setor agropecuário e haveria uma melhoria de produtividade no campo. Além disso, teríamos a redução de emissões.

SI - No comércio internacional, isso pode representar um ganho do Brasil, agregando valor aos produtos exportados?

Lima - Ao meu ver, com um desenho concreto do que é a agropecuária de baixo carbono tropical, teremos mais argumentos para enfrentar barreiras comerciais. O que é muito bom para o setor. Além disso, favoreceria o fortalecimento da comunicação do agro e, conseqüentemente, de imagem institucional, a qual mostraria os reais investimentos em sustentabilidade e em outros temas. Se tivermos um plano bem elaborado, aprovado e sendo implementado, teremos uma total transparência em relação a tudo o que está sendo feito. Nada é melhor do que isso. Quando a União Europeia dá subsídios para ampliar sua agricultura orgânica, eles fazem uma excelente propaganda dela. Inclusive, estão nesse momento realizando uma enorme consulta pública destacando todos os serviços ecoculturais gerados pelas propriedades rurais europeias.

SI - Como seria essa questão ecocultural?

Lima - O ecocultural entrou na pauta europeia agora. Não é mais só o ambiental. No levantamento que eles estão fazendo, há perguntas relacionadas à conservação de vegetação e água, mas também se dispõe de infraestrutura para receber visitantes, como banheiros, acomodações, etc. Turismo puro. Para eles faz todo o sentido. Por acaso você imagina o governo fazendo esse tipo de consulta? Não. Só que as fazendas brasileiras dispõem dessas estruturas chamadas ecoculturais. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são Estados com esse tipo de empreendimento. Em Minas Gerais tem um produtor de queijo canastra que oferece balonismo em sua propriedade. Poderia ser um case de ecocultura. Só que os europeus já estão levantando todas essas informações e nós não. Esse lado da comunicação envolve as entidades setoriais, as empresas, o governo, a agropecuária de baixo carbono e tudo o que está sendo feito, inclusive todas as boas práticas de produção. Isso precisa ser mostrado para o brasileiro e para o mundo.

SI - A Agroicone realizou um estudo chamado "Brasil 2040", que traz possíveis cenários climáticos para o país e o impacto

deles sobre a agricultura. Como foi esse projeto?

Lima - Fizemos esse estudo para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República com o objetivo de avaliar o impacto das mudanças do clima sobre o cultivo e sobre as regiões de produção de diversas culturas. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a Embrapa, utilizando o Modelo de Uso da Terra para Agricultura Brasileira - Blum [*Brazilian Land Use Model*] -, criado pela Agroicone. A partir desta ferramenta foi possível realizar projeções de cada setor atrelado aos cenários climáticos e econômicos fornecidos pela Embrapa até 2040. Um dos resultados foi que a soja na região Sul do país tende a sofrer bastante frente às tendências de clima para os próximos anos, principalmente no Rio Grande do Sul. Haverá um impacto grande em termos de condições adequadas de clima para a sua produção no Estado.

SI - As mudanças climáticas levariam a menor viabilidade de algumas culturas em determinadas regiões onde hoje elas são de alta produtividade?

Lima - Sim, o aumento da temperatura irá provocar mudanças. Uma coisa interessante é o que ocorre nos Estados Unidos. Não é possível falar com nenhum produtor sobre mudanças climáticas. Eles não gostam e não querem falar sobre isso. Pode até ser por desconhecimento dessa agenda, afinal ele tem uma série de outras preocupações na sua fazenda e não quer saber de gases de efeito estufa ou se isso é causado pelo rebanho bovino. A única forma de se falar com um agricultor americano sobre mudanças do clima é focar no crescente número de queimadas naturais. Ele se interessa na hora. Por quê? Porque isso o afeta diretamente. É preciso mudar a narrativa ao falar de mudanças do clima com os produtores. O produtor entende dos impactos das secas ou enchentes, sabe que o tempo está mudando e se preocupa. Não se trata de emissões *per se*, essa agenda faz parte, mas prefiro deixá-la para os técnicos que cuidam das mensurações.

SI - No Brasil o produtor adota uma postura diferente nesse aspecto?

Lima - No Brasil é um pouco diferente. Quando abordamos as práticas de baixo carbono previstas no Plano ABC - e também as novas, que não estão previstas ainda -, o produtor vê aquilo como técnicas de manejo que lhe darão um melhor retorno financeiro, sustentabilidade em longo prazo e rotação de culturas ou integração, gerando benefícios a ele. Agora, se chegar na propriedade falando que ele é um emissor de metano ou dióxido de carbono, já nem olha pra você; não quer conversa. E dou razão para ele. O produtor quer saber do manejo e não

sobre coisas que ele não entende bem. Ele compreende um melhor manejo como algo que lhe trará mais lucro no final. Isso é algo prático, palpável. Esteja ou não atrelado à redução das emissões. Mudança do clima, não. É algo que ainda parece muito distante dele. Ele quer produzir cada vez mais e ganhar dinheiro com sua agricultura. Os técnicos e associações que têm de criar formas de manejo que sejam aplicáveis no campo. Dessa forma, o agricultor virá junto, com certeza.

SI - Em sua opinião, o Plano ABC deve incorporar novas técnicas de manejo e tecnologias para poder atender as novas demandas do Acordo de Paris?

Lima - O Plano ABC tem que virar ABC Plus. O Acordo de Paris já está em vigor, mas as reduções de emissões passam a vigorar a partir de 2020. No Brasil, 2018 é um ano difícil porque temos eleições. Não dá para se esperar muito em termos de criações de leis e decretos mais densos em termos de políticas públicas. Mas, em 2019 já teremos um novo presidente eleito e isso abre boas perspectivas para a aprovação de uma nova lei sobre mudanças climáticas, revendo a política do Plano ABC de 2010, a qual era basicamente voltada à questão do desmatamento. Um Plano ABC Plus seria importante para o agronegócio brasileiro, ainda mais se tiver juros baixos para financiamento, que tornariam o produtor brasileiro mais competitivo no cenário internacional. Além disso, ao adotar todas as práticas sustentáveis do Plano ABC Plus, ele poderia receber por preservar a vegetação nativa e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Os americanos fazem isso dentro do *Conservation Reserve Program*, que paga anualmente ao produtor para manter matas nativas em sua propriedade.

SI - Seria fácil convencer o produtor dessas vantagens?

Lima - É só demonstrar para o produtor que adotar essa prática trará vantagens econômicas para ele. A única coisa que precisaríamos reformar é o crédito disponível para o Plano ABC do ponto de vista da agilidade para obtê-lo. É mais do que necessário simplificar os mecanismos para tomar esse crédito. Por isso que o desenho do Plano ABC passa a ser importante. Somado ao Código Florestal, passaríamos a ter uma transparência e robustez dentro do nosso modelo agrícola, que é único. Se a agricultura brasileira crescer tendo o Plano ABC como base, em cinco ou dez anos ela será um modelo a ser imitado no mundo. O ABC reformado atende plenamente ao Acordo de Paris. A adesão é voluntária, mas o produtor terá o ímpeto de restaurar pastagem, por exemplo, porque valerá a pena investir nisso. Ele vai ganhar mais adotando essa medida, além de transformar por completo a imagem do setor. 